

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 413 - Brasília, sexta-feira, 28 de fevereiro de 1997

## CPI investigará denúncias até o fim, garante Cabral

*Antonio Carlos também assegura que o Senado não abrirá mão da prerrogativa constitucional de examinar as emissões de títulos realizadas pelos estados e municípios*



No plenário do Senado, grande parte da sessão foi dedicada a debates sobre os rumos da comissão

Em um dia de debates sobre os rumos da CPI dos Precatórios, com a participação de vários senadores, o plenário do Senado ouviu a garantia do presidente da comissão, senador Bernardo Cabral, de que não haverá retrocesso no propósito de investigar até o fim as denúncias sobre a emissão ilegal de títulos públicos. Cabral fez a afirmação ao explicar a razão de uma reunião secreta da CPI. Também o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Casa não abrirá mão da sua prerrogativa constitucional de examinar as emissões de títulos. Páginas 2 e 3

### Plenário aprova projeto que dá transparência ao uso de verbas federais em municípios

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei determinando que câmaras municipais deverão ser notificadas de todas as liberações de recursos federais, feitas aos respectivos municípios, no prazo de dois dias úteis a partir da data da liberação. A nova regra vai assegurar

maior transparência no uso das verbas públicas federais.

Pelo projeto, que vai agora à sanção presidencial, a obrigação estende-se a órgãos e entidades da administração federal direta e às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

A proposição estabelece também que as prefeituras beneficiárias de repasses deverão notificar seu recebimento aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede nos municípios, no mesmo prazo estabelecido para os órgãos da União.

### Estrangeiros terão prazo maior para obter regularização

O Senado aprovou ontem substitutivo a projeto originário da Câmara que amplia em 120 dias o prazo para que estrangeiros em situação ilegal no país, há pelo menos cinco anos, requeiram registro provisório e concessão de uma cédula de identidade.

Os estrangeiros deverão comprovar a ausência de antecedentes criminais. O projeto voltará à Câmara dos Deputados, em razão da alteração feita pelo Senado.

Tanto o registro como a cédula terão validade de dois anos, prazo a partir do qual os seus portadores deverão solicitar permanência ao Ministério da Justiça. Concedida a permanência, o estrangeiro poderá obter registro definitivo.

### Novo Orçamento mostra avanço do Congresso

Senador Carlos Bezerra faz uma avaliação a respeito do Orçamento federal para este ano, do qual foi relator na Comissão Mista. Página 6

### Senadores debatem a venda da Vale

Comissão de Infra-Estrutura ouve Kandir sobre a privatização. Páginas 4 e 5

### Ronaldo propõe medidas contra a desigualdade

Senador Ronaldo Cunha Lima quer regulamentar ações da União com vistas a reduzir as disparidades entre as regiões. Página 7

# Secretário admite uso ilegal de recursos em PE

*Dinheiro destinado a pagamento de precatórios foi utilizado para que o estado quitasse débitos correntes e de pessoal, disse à CPI do Senado o titular da Fazenda, Eduardo Campos*



ErnanDES Amorim

## Amorim requer parecer do TCU sobre Sivam

O senador ErnanDES Amorim (PPB-RO) encaminhou requerimento à Mesa solicitando informações ao TCU sobre a legalidade das alterações introduzidas tanto na quantidade como nos preços de equipamentos constantes do contrato a ser efetivado entre a empresa Raytheon e os órgãos executantes do Projeto Sivam.

Amorim também indaga ao TCU sobre a legalidade e economicidade dos financiamentos a serem concedidos e dos aditamentos que prorrogam o termo inicial da execução do contrato. Ele quer saber, ainda, quais as providências que poderiam ser adotadas pelo órgão para evitar prejuízos ao país.

Em sua justificativa, ErnanDES Amorim disse que cabe ao tribunal avaliar a economicidade dos atos administrativos sob seu exame para permitir ao Congresso Nacional o exercício da sua função fiscalizadora.

A CPI que investiga a emissão irregular de títulos públicos encerrou à 1h de ontem a audiência com Eduardo Campos, secretário da Fazenda de Pernambuco, o qual admitiu ter lançado R\$ 501 milhões em papéis para pagamento de precatórios, tendo utilizado apenas R\$ 26 milhões na quitação desses débitos.

Dos R\$ 501 milhões emitidos, Eduardo Campos admitiu que R\$ 99 milhões foram perdidos em deságio, e R\$ 22 milhões, em comissões conhecidas como "taxa de sucesso" para a empresa que negociou os títulos - o Banco Vektor. "O Vektor comprava esses títulos e ninguém sabe a quem ele os vendia", informou o secretário. Todo o restante do



Vilson Kleinübing



Roberto Requião

dinheiro, acrescentou, foi utilizado para fazer caixa, a fim de que Pernambuco honrasse débitos correntes e de pessoal, como pagamento de décimo terceiro salário.

Ele afirmou haver ainda R\$ 145 milhões em caixa, o que foi contestado por Esperidião Amin (PPB-SC). Segundo o senador, como essa cifra consiste em papéis de venda compromissada e, tendo o Banco Vektor sofrido in-

tervenção extrajudicial, não terá mais como vendê-los, e portanto trata-se de "um evidente mico". Vilson Kleinübing (PFL-SC) se disse espantado com essa operação pernambucana, afirmando que ela é inexplicável sobretudo pelo fato de que a receita estadual, inclusive o FPE (Fundo de Participação dos Estados), cresceu nos últimos cinco anos.

Eduardo Campos justificou essa emissão de títulos para fazer caixa com o argumento de que Pernambuco encontrava-se com as finanças esgotadas. Disse que o Bradesco e o Brascan ofereceram operações para lançamento de debêntures cobrando taxas de 6 a 7%. Mas a melhor oferta teria sido a do Vektor, com a sua sugestão de emissão de letras caucionadas em precatórios, a uma taxa de 5,5% para colocá-las no mercado.

Resumindo o depoimento do secretário da Fazenda de Pernambuco, o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), disse que, "a pretexto de pagar precatórios, ele emitiu títulos para fazer caixa e não teve nenhuma preocupação com a precisão das informações levadas ao Banco Central". Foi diante de uma pergunta de Requião que o interrogado admitiu que conheceu Wagner Baptista Ramos, o ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, principal suspeito de ter idealizado essas emissões irregulares em várias unidades da Federação.

## Senado autoriza prefeitura paulistana a rolar dívida

O plenário do Senado autorizou ontem a prefeitura de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do município para rolar R\$ 65,3 milhões de sua dívida mobiliária a vencer no dia 1º de março.

Não autorizou, entretanto, a rolagem de títulos vendíveis em 1º de junho, no valor de R\$ 358,6 milhões, referentes a letras financeiras colocadas no mercado para o pagamento de precatórios judiciais, ora sob in-

vestigação de CPI.

A negativa baseou-se em voto em separado apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP) à Comissão de Assuntos Econômicos. Suplicy referiu-se ao ofício da CPI dos Precatórios encaminhado ao ministro da Fazenda recomendando que o governo federal não incluisse a dívida mobiliária relativa à emissão de títulos para pagamento de precatórios nos acordos de refinanciamento que vem fazendo com os estados.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (04.03.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: \*PLC nº 40/96, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 5.553/68, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal; \*PLS nº 26/95, que institui o Estatuto dos Garimpeiros; e \*PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal.

Quarta-feira (05.03.97)

### Congresso Nacional

11h - Sessão Solene

Pauta: Comemoração do Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado Federal*

Oradores: Pelo Senado Federal, senadora Emília Fernandes (PTB-RS) Pela Câmara dos Deputados, deputadas Maria Elvira e Marta Suplicy

### COMISSÕES

Quarta-feira (05.02.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos diretores das empresas SMTJ - Assessoria Empresarial, Sérgio Demeka; Perfil - CCTVM, Gérson Martins e Luiz Calábria; e da Split - DTVM, Eurico Picciotto. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

# Cabral garante que CPI não retrocederá

Senador explica a razão da reunião secreta para examinar, entre outros assuntos, um pedido do governador de Santa Catarina quanto à colocação de títulos do estado no mercado

Presidente da CPI dos Precatórios, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem em plenário que essa comissão não retrocederá no seu propósito de investigar até o fim as denúncias sobre a emissão ilegal de títulos públicos. A pedido do



Bernardo Cabral



Esperidião Amin

senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ele explicou detalhadamente a razão da reunião secreta realizada às 14h30 para examinar, entre outros assuntos, um pedido do governador de Santa Catarina.

Cabral disse que, ontem de madrugada, no final de uma reunião da CPI, Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu-lhe que fosse ouvido o governador de Santa Catarina sobre os efeitos no mercado financeiro do ofício em que a comissão

teria suspenso "a negociação de todos os títulos públicos estaduais". A reunião secreta fora convocada para que Maldaner se manifestasse. Na ocasião, o idealizador do ofício, Vilson Kleinübing (PFL-SC), esclareceu que o objetivo era garantir que títulos ainda não negociados só sejam vendidos com autorização da CPI e do Banco Central.

Quando Cabral terminou sua explanação em plenário, Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que o governador de Santa Ca-

tarina "criou uma armadilha para salvar duas entidades financeiras - a Cedro e a Porto Seguro, sócias-fundadoras do roubo de dinheiro público no estado". Em seguida, Casildo Maldaner disse que não temia que o ofício da CPI colocasse em risco de falência as duas corretoras. "Que quebrem", afirmou, argumentando que sua preocupação era com a saúde financeira do Banco do Estado de Santa Catarina.

Conforme José Serra (PSDB-SP), o incidente com o ofício da CPI deveu-se a problema de redação, visto que foi enviado em linguagem não-técnica ao Banco Central, que, por sua vez, não elaborou instrução normativa, limitando-se a remeter o ofício da CPI às instituições financeiras. Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que "está faltando um pouco de serenidade" nos debates da CPI.

## ACM: Senado não abre mão de apurar caso

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que o Senado não abrirá mão, em nenhuma hipótese, da sua prerrogativa constitucional de examinar as emissões de títulos públicos feitas pelos estados e municípios, ainda que esteja disposto a rever o processo atual, para, caso necessário, fazer os aperfeiçoamentos que se impuserem.

- O Senado não abdicará dos seus direitos de examinar os projetos, mas vamos corrigir as falhas que existirem - disse.

## Lúcio Alcântara pede ação para defender Casa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitou que a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal seja acionada



Alcântara

para defender a Casa, "duramente atingida", a seu ver, por profissionais da imprensa que têm insinuado a participação de senadores em "maracutaias" em torno dos precatórios.

- Celso Ming, do *Jornal da Tarde*, sugeriu que "pelo menos no Senado alguém mordida por fora, facilitando a tramitação dos processos contra a cobrança das 'taxas de sucesso' correspondentes a 5% do valor das emissões - disse Alcântara.

Para o senador, Luís Nassif, da *Folha de S. Paulo*, também questionou a credibilidade da CPI. Alcântara indicou o ex-prefeito de Curitiba Rafael Greca para depor, porque, segundo o colunista, ele teria informações de interesse da comissão.

## Jáder: emissões visaram fazer caixa

O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou ontem em plenário que a CPI dos Precatórios "é uma questão nacional, embora alguns entendam que ela deveria se limitar à área que vai do Paraná ao Rio Grande do Sul". Depois de elogiar a atuação de Bernardo Cabral (PFL-AM) na presidência da comissão, Jáder disse que "já está muito claro" que quase todos os estados e municípios emitiram títulos para fazer caixa, e não apenas para pagar precatórios.

Ele assinalou que "um grande banco" ficou com cerca de 60% de todos os títulos lançados pelo governo de Pernambuco para pagamento de precatórios. "Na hora em que o estado colocou os títulos, com deságio maior, só os pequenos compraram. No final, quando o deságio e o lucro

eram menores, é que um fundo de renda fixa comprou tudo", afirmou.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) informou que, desde o começo dos trabalhos da comissão, ficou preocupada "com a forma com que alguns senadores colocavam suas posições, com acusações muito fortes".

- A reunião fechada de hoje (ontem) da CPI não foi feita para "acobertar ladrões". Já tive a oportunidade de dizer isso ao senador Esperidião Amin. Não aceito essa acusação - assinalou Emília.

Ademir Andrade (PSB-PA) disse que chamou sua atenção o fato de todos os depoentes afirmarem que o lançamento de títulos, da forma que os estados fizeram, "foi o caminho que menos prejuízo deu aos estados".

- Que sistema financeiro é este em que o lançamento de títulos

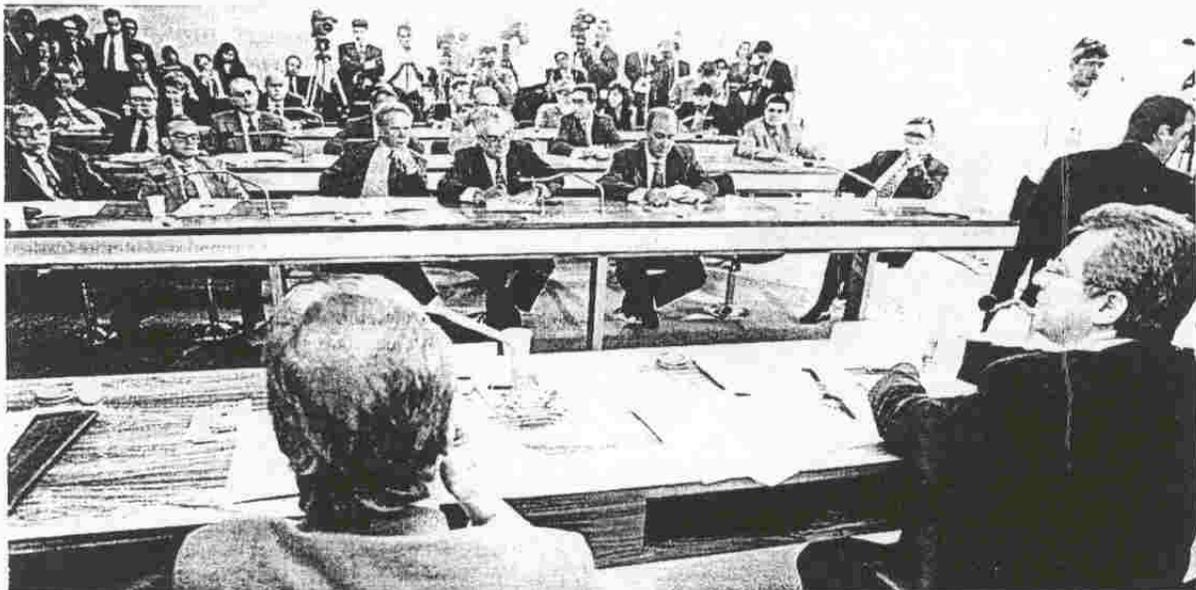
com deságios de 20% e comissões de 5% é o caminho mais barato? Imagino então os custos e as falcaturas que envolvem outros títulos, como as TDAs - assinalou, pedindo que a CPI "seja estendida a todo o sistema financeiro do país".

Fernando Bezerra (PMDB-RN) registrou sua indignação "com certos comportamentos de alguns integrantes da CPI".

- Quando tomei conhecimento da declaração do senador Esperidião Amin, fiquei indignado. Ele me pediu desculpas, mas acho que deve pedi-las à CPI - disse.

Carlos Wilson (PSDB-PE) informou ter participado ontem, pela primeira vez, de uma reunião da CPI, pois só agora foi indicado por seu partido. "Tenho certeza de que a CPI chegará a bons termos, doa a quem doer".

## A VALE EM DEBATE



O ministro Kandir depôs ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, presidida pelo senador José Agripino

## Kandir anuncia salvaguarda na venda

*Um contrato de risco entre a empresa e o BNDES é a solução que o ministro apresenta aos senadores para garantir ao país o acesso a possíveis reservas minerais a serem descobertas*

O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, anunciou ontem aos senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), que 50% dos recursos obtidos com a venda da Companhia Vale do Rio Doce serão destinados ao abatimento da dívida líquida do setor público, e que os outros 50% constituirão um Fundo de Reestruturação Econômica, a ser gerenciado pelo BNDES, para financiamento de projetos de desenvolvimento.

Ao prestar essa informação, o ministro rendeu homenagem ao Senado, pelo alerta, ao governo, da importância da Vale no desenvolvimento de algumas regiões.

Kandir anunciou também a solução encontrada para garantir ao país o acesso a possíveis reservas minerais: um contrato de risco entre a Vale do Rio Doce e o BNDES, em que a empresa e a instituição investirão a mesma quantidade

de recursos em pesquisas, e dividirão os lucros obtidos com a exploração das reservas minerais descobertas.

- Isso torna o processo de privatização neutro em relação ao acesso que o governo brasileiro terá aos recursos financeiros no caso de novas descobertas. Hoje, a União detém 51% da Vale, e, por esse motivo, de tudo o que a Vale viesse a descobrir, enquanto empresa pública, a União teria a metade. Privatizando a Vale e fazendo o contrato de risco, vamos ter o mesmo acesso às possíveis reservas minerais - explicou o ministro.

Para Antonio Kandir, essa "é a solução que mais interessa ao Brasil, porque o país não estará perdendo nenhum tostão, já que o BNDES terá os mesmos direitos que hoje o Tesouro tem, com uma diferença: agora, com a chance de pesquisar, porque a Vale privatizada não terá amarras para obter recursos, e o BNDES entrará com outra parte. É uma solução

bonita e responde de maneira cabal àquela que era a principal questão política".

No início do seu depoimento, o ministro afirmou que, juridicamente, qualquer avaliação sobre a privatização da Vale pelo Senado significaria uma interferência do Legislativo no Executivo. Mas disse que havia uma questão política, defi-

nida pelo governo Fernando Henrique Cardoso: a necessidade de um debate franco e detalhado sobre a matéria, especialmente com os senadores. O ministro creditou à colaboração do Senado e às questões suscitadas "legítima e corretamente" pelos senadores o aperfeiçoamento do processo de privatização da companhia.

### Restrições às grandes

O presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, em sua exposição aos senadores, deu detalhes sobre o edital da privatização da Vale. Disse que não houve mudanças em relação à estrutura de venda - feita em três momentos - e citou restrições que serão colocadas. Por exemplo: as mineradoras internacionais mais importantes - que produzem 30 milhões ou mais de toneladas de minério de ferro por ano - não poderão ter, individualmente, mais de 10% da Va-

lecom, a holding mediante a qual um grupo de investidores vai controlar parcela importante do capital votante da companhia.

Mendonça afirmou também que já foram identificadas, na área de concessão da Vale em Carajás, 15 anomalias geológicas - condição para que exista reserva mineral. Ele esclareceu, entretanto, que "nem toda anomalia corresponde a uma reserva, mas toda reserva estará nesse universo de anomalia geológica".

## A VALE EM DEBATE

## Senadores querem garantir investimentos

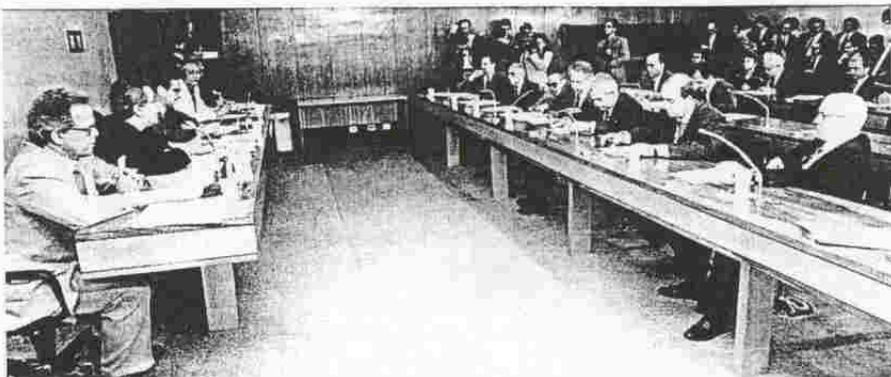
A definição de salvaguardas para a garantia de investimentos, após a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, nos estados onde a empresa atua foi um dos principais pontos do debate que reuniu, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadores, o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, e o presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros,

Essas garantias seriam previstas nos dois tipos de fundo que devem ser criados com essa finalidade: o de Reestruturação Econômica, e outro que daria um suporte sob controle da União de 8% sobre lucros das ações da futura empresa destinados a aplicações em recursos internos.

Kandir e Mendonça de Barros, em resposta ao senador Francelino Pereira (PFL-MG), que havia cobrado do governo uma posição nesse sentido, explicaram que tais iniciativas não estão incluídas no edital a ser publicado provavelmente na próxima quarta-feira (dia 5/3), mas que até essa data poderá haver mudanças na feitura do documento.

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), quis saber de Kandir se a marca Vale como razão social será avaliada na privatização. O ministro esclareceu que somente no leilão pode-se fazer essa avaliação, "mas a marca está presumida na estimativa de preço".

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a clareza das informações do ministro Kandir, porém ressaltou o peso da Vale para a União no contexto globalizante do mercado. "Se forem os japoneses, por exemplo, os maiores compradores, teremos uma representação estrangeira dentro do país, do subsolo, etc.", frisou



Resguardar o interesse público na venda da Vale foi a principal preocupação dos senadores, no debate

Simon.

Em resposta, o ministro assegurou que a venda da estatal irá melhorar a situação financeira do Estado e proporcionar ao país uma "empresa brasileira forte". Sobre isso, Mendonça de Barros destacou a nova postura reguladora do Ministério de Minas e Energia no programa de privatização da área, salientando que, hoje, a Vale atua sem controle do MME.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu que o edital de privatização permita um aumento do número de concorrentes na licitação, visando melhorar o preço de venda, que, na sua opinião,

está abaixo do de mercado. Mauro questionou ainda o compromisso ambientalista da futura empresa. Sobre esse aspecto, Luís Carlos Mendonça de Barros explicou que existem vários itens de garantias com tal finalidade, na privatização, incluindo a manutenção da reserva ecológica de Linhares, no Espírito Santo, onde a Vale já atua.

Por sua vez, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse que politicamente já há uma sinalização para que o governo continue o processo de privatização da Vale, principalmente pelo fato de ter atendido reivindicações do Congresso sobre a atuação

desenvolvimentista da futura empresa.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apoiou a cobrança feita pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que considerou o preço estimado para a venda da companhia (US\$ 5 bilhões) "insignificante", em razão da dívida pública. Ademir disse ainda que, com a venda da estatal, o país perderá o poder de negociar preços de produtos inacabados no exterior, porque os possíveis compradores da Vale têm empresas de beneficiamento fora do Brasil e "lá deverão manter esses preços baixos, sem investir o dinheiro aqui dentro".

## Suplicy lembra compromisso com o social

Durante os debates, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou compromissos do governo com investimentos sociais. Ele também disse que a venda da estatal não está vinculada a qualquer desses programas. Em resposta, o presidente do BNDES informou que existem programas de créditos populares em execução para investimentos de baixa renda. E Kandir lembrou

que a alienação da companhia é um assunto que está em discussão há 21 meses e faz parte das ações globais iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que, embora favorável à captação de capital privado para setores produtivos, até para aliviar o Estado, tinha dúvidas em relação à privatização da Vale do Rio Doce. O se-

gador referiu-se especificamente à forma como será garantida a prevalência do interesse público sobre o privado, em termos de produção interna, sobretudo porque o Estado brasileiro ainda não tem um poder regulador forte.

O ministro Kandir lembrou as restrições estabelecidas para diluir o controle sobre a empresa e citou o que está garantido pela Golden Share.

# Carlos Bezerra destaca avanços do Congresso no exame do Orçamento

*Importantes mudanças foram introduzidas, principalmente no que se refere à preservação das prerrogativas do Legislativo, diz senador*

O Orçamento da União para este ano, publicado quarta-feira no *Diário Oficial*, é resultado de um trabalho muito significativo e mostra que o Congresso Nacional evoluiu, ressaltou ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Relator-geral da proposta, ele acrescentou que importantes avanços foram introduzidos a partir do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 1997, prin-



Carlos Bezerra

cipalmente com relação à preservação das prerrogativas do Legislativo sobre a matéria.

Uma dessas prerrogativas, conforme Carlos Bezerra, foi a fixação do limite de três meses para a execução orçamentária excepcional, com base em 1/12 avos. Outra, segundo destacou, foi a exigência da fonte de recursos ser parte integrante da lei, não ficando sua definição única-

mente ao arbítrio do Ministério do Planejamento. "Com isso, deixamos claro que o orçamento a ser executado é o aprovado pelo Congresso, e não a proposta do Executivo", frisou.

Bezerra enalteceu o trabalho desenvolvido pela Comissão Mista de Orçamento, destacando a realização de audiências públicas em vários estados. Observou que, enquanto o Congresso evoluiu nesse assunto, o Poder Executivo continua trabalhando como na "velhíssima" República.

## Jonas busca incentivo à borracha

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao governo federal que autorize os consumidores nacionais de borracha natural a deduzir, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a diferença entre o preço da borracha produzida no Brasil e o valor do custo, seguro e frete da importada.



Jonas

Para o senador, a adoção dessa medida evitará um agravamento da crise econômica e social pela qual passa o setor da borracha. Ele atribuiu a situação à concorrência "desleal e injusta" e a uma política nacional "equivocada e incapaz de dar condições necessárias para que o setor possa ter uma rentabilidade mínima".

- Apesar de o Brasil estar colhendo uma safra recorde, estimada em 60 mil toneladas, os produtores nacionais de borracha não conseguem vender a sua produção, porque a indústria consumidora prefere o produto importado, mais barato. Isso provoca o achatamento dos preços internos da borracha natural e produz uma receita insuficiente para cobrir os seus custos de produção - disse o senador.

Jonas argumentou que os outros países produtores recebem elevados subsídios diretos e indiretos, além de altos investimentos em pesquisas.

Em aparte, Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que a borracha enfrenta uma fase delicada por falta de uma política eficaz de proteção. Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que todo o setor produtivo nacional está sucateado por "descaso das autoridades". Já a senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou que 250 extrativistas virão a Brasília para reivindicar o apoio e a atenção do governo federal para resolver os problemas do setor.



Rezek (E) despede-se de Antonio Carlos Magalhães, que recebeu também o ministro Lampreia



## Lampreia pede apoio a propostas

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao qual solicitou empenho no sentido de agilizar a tramitação de projetos de interesse da sua pasta. O ministro destacou o especial interesse do Itamaraty a respeito de três matérias que estão sendo examinadas pelos senadores.

Os projetos considerados prioritários são o que apro-

va o acordo complementar, recentemente assinado em Fortaleza, viabilizando a associação da Bolívia ao Mercosul; a proposta na área de informática, regulando questões como a produção e comercialização de programas de *software*, em complemento às disposições da Lei de Patentes; e a regulamentação da carreira de Oficial de Chancelaria do MRE.

Antonio Carlos Magalhães também recebeu ontem a visita do ex-ministro do Supremo Tri-

bunal Federal Francisco Rezek, que veio cumprimentá-lo por sua eleição para a presidência do Senado e apresentar despedidas, já que hoje estará partindo para a Holanda, onde na próxima segunda-feira assume uma cadeira de juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia.

Rezek foi indicado pelo Brasil para o posto e eleito pela maioria de votos dos países-membros da Organização das Nações Unidas, à qual pertence aquela Corte.

## Josaphat reivindica unidade do BB em Vitória da Conquista



Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lamentou ontem a possibilidade de fechamento do Centro de Processamento de Dados (Cesec) do Banco do Brasil em Vitória da Conquista (BA). Ele leu carta do Sindicato dos Bancários da cidade, na qual se alega que 800 empregos serão extintos com essa medida.

- O Cesec de Vitória da Conquista, onde já funciona há 18 anos prestando relevantes serviços à região, como a compensação de cheques de nove bancos. É bom lembrar que a cidade tem uma forte atividade econômica e, por isso, pode manter o centro em funcionamento - afirmou Josaphat.

Conforme o senador, os bancários informam ainda que os serviços do centro já vêm sendo transferidos para Itabuna e informações não oficiais indicam seu fechamento até maio.

## Suassuna sugere alterações na política econômica

O senador Ney Suassuna (PMDB - PB) pediu ontem que o Senado fique atento à política econômica em vigor,



Suassuna

especialmente no que se refere ao déficit público e ao balanço de pagamentos.

- Não vejo um céu de brigadeiro se continuarmos nessa política nebulosa - disse o senador, observando que nada se constrói sem recursos. Ney Suassuna disse que ficou surpreso com o déficit da conta turismo, que chegou a R\$ 4 bilhões.

# Ronaldo Cunha Lima apresenta projeto para reduzir desigualdades

*Proposta cria as Regiões de Desenvolvimento, constituídas por áreas que tenham indicadores de posições de inferioridade*

A redução das desigualdades regionais no país requer, na opinião do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), uma estratégia vigorosa de crescimento, formulada a partir de instrumentos capazes de inserir as regiões menos desenvolvidas na economia nacional e no cenário internacional.

Nesse sentido, ele apresentou ontem projeto de lei complementar regulamentando o artigo 43 da Constituição, que estabelece, de forma genérica, a ação da União nessas regiões. A proposta define como Regiões de Desenvolvimento estados ou porções territoriais que tenham condições geoeconômicas e sociais semelhantes e indicadores que "os graduem em posição de inferioridade



Ronaldo Cunha Lima

com relação às médias nacionais".

O projeto de Ronaldo Cunha Lima estabelece a ação articulada da União, estados e municípios em programas regionais, desde que estes atendam aos objetivos estabelecidos no Plano Orçamentário Plurianual

e aos critérios que nortearam as definições da Região de Desenvolvimento e do programa a ser executado.

Na justificação de sua proposta, o senador lembra que o reordenamento espacial do desenvolvimento "privilegia a eficiência e a competitividade, trazendo repercussões para a política de desenvolvimento regional, principalmente na estratégia de localização dos investimentos".

Por isso, segundo Ronaldo Cunha Lima, seu projeto prevê a caracterização de inferioridade dessas regiões como pré-requisito para a obtenção de tratamento diferenciado e compensatório e, ainda, a demonstração de viabilidade do programa de desenvolvimento.

## Júlio Campos reclama providências que combatam déficit da balança comercial

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu apelo à equipe econômica do governo para que tome rapidamente providências que tranquilizem o mercado financeiro e combatam o crescente déficit da balança comercial. A seu ver, as medidas já adotadas com esse objetivo não surtiram o efeito desejado.

Ele disse que o déficit de mais de US\$ 5 bilhões apurado em 1996 deverá alcançar um valor próximo a US\$ 10 bilhões em 1997. Segundo Júlio Campos, analistas financeiros calculam que, nessa hipótese, o déficit em conta corrente chegaria a 4% do Produto Interno Bruto, valor impossível de ser finan-



Júlio Campos

ciado. Conforme o senador, esses especialistas sugerem, então, a desvalorização do real, para favorecer as exportações e conter as importações, de modo a reduzir o déficit comercial para algo em torno de US\$ 5 bilhões.

- Desconhecem esses analistas, por certo, que, a respeito do desequilíbrio da balança

comercial, as conclusões do Seminário sobre o Mercosul e a Globalização, realizado há pouco pela Câmara Americana de Comércio, foram no sentido de desaconselhar a desvalorização do câmbio como solução para o aumento das exportações brasileiras - disse o senador.

Para Júlio Campos, o êxito da estabilização depende da redução do número excessivo de encargos incidentes sobre a produção. A desvalorização da moeda, no seu entendimento, representaria um ganho artificial, "porquanto só a redução do Custo Brasil pode assegurar competitividade sustentável ao país".

# Simon considera prisões "fábricas de criminosos"

*Senador aplaude CNBB pela escolha do tema da Campanha da Fraternidade e critica o que considera omissão das classes média e alta quanto ao problema dos presídios*

Depois de aplaudir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por ter escolhido a situação dos presos como tema de sua Campanha da Fraternidade deste ano, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que as prisões brasileiras ainda sejam "fábricas de criminosos e não de recuperação de presos".

- A impunidade não existe para negros e pobres do país. São eles que enchem nossas prisões. Quem está mal vestido ou é negro parece carregar no rosto um carimbo onde diz que se trata de uma pessoa "pe-



Pedro Simon

rigosa" para a sociedade - afirmou.

Simon criticou o que considera omissão das classes média alta e alta quanto aos problemas dos presídios. Ele disse que "uma pessoa da classe média alta sabe que pode até

ser condenada, mas dificilmente irá cumprir a pena". E acrescentou que, "quando essa pessoa vai para a cadeia, vive como se estivesse num hotel de cinco estrelas", pois tem à disposição geladeira, televisão e refeições fornecidas por restaurantes caros.

- E se um negro ou pobre cumpre pena, enfrenta depois o drama comum a todo ex-presidiário: ninguém lhe dá emprego - observou Pedro Simon.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que não são todos os setores da sociedade que apoiam a cam-

panha da CNBB. Esses setores perguntam se a violência das ruas e outros problemas não são mais importantes que as condições de vida de presidiários, frisou Tebet.

Marina Silva (PT-AC) disse que as pessoas que trabalham pelos direitos humanos no país "não têm a compreensão dos meios de comunicação e dos políticos". A senadora citou o caso da deputada Rita Camata, que teria perdido as eleições para a prefeitura de Vitória, entre outras coisas, por ter trabalhado na defesa de meninos de rua.

## Para Benedita, os omissos são covardes

A Campanha da Fraternidade deste ano foi elogiada ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que destacou a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na luta contra a opressão e em benefício dos menos favorecidos.

Segundo a senadora, o tema *A Fraternidade e os Encarcerados* é oportuno e mostra que a situação dos presos no país não diz respeito apenas à religião, mas "é uma questão de direitos humanos".

- Tratar das questões de

direitos humanos no Brasil é muito difícil porque logo se pensa que queremos tratar os criminosos a pão-de-ló - disse Benedita da Silva. Para ela, a discussão do problema carcerário é um dever de todos, sendo "covardes os que não colocam o dedo na ferida, os que não se comprometem e não tocam nas questões sociais".

A superlotação dos presídios e delegacias e a convivência de pequenos marginais com criminosos de alta periculosidade foram apontadas por Benedita da Silva como



Benedita da Silva

empecilhos à regeneração dos condenados. Os erros e a morosidade dos processos no âmbito do Judiciário também contribuem, no entender da senadora, para o atual quadro do sistema carcerário.

Benedita da Silva mencionou três projetos de lei de sua

autoria que tratam do sistema prisional, prevendo o indulto a presos com doenças em estágio terminal, a garantia de assistência à saúde dos detentos e condições de reabilitação por meio do trabalho, do esporte e da cultura.

Em aparte, o senador Ernanides Amorim (PPB-RO) parabenizou a iniciativa da CNBB e frisou que não há condições de recuperação para as pessoas presas, "que são tratadas como animais". Ele sugeriu a prestação de serviços como punição de crimes menores.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA E RAMEZ TEBET

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996) - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.